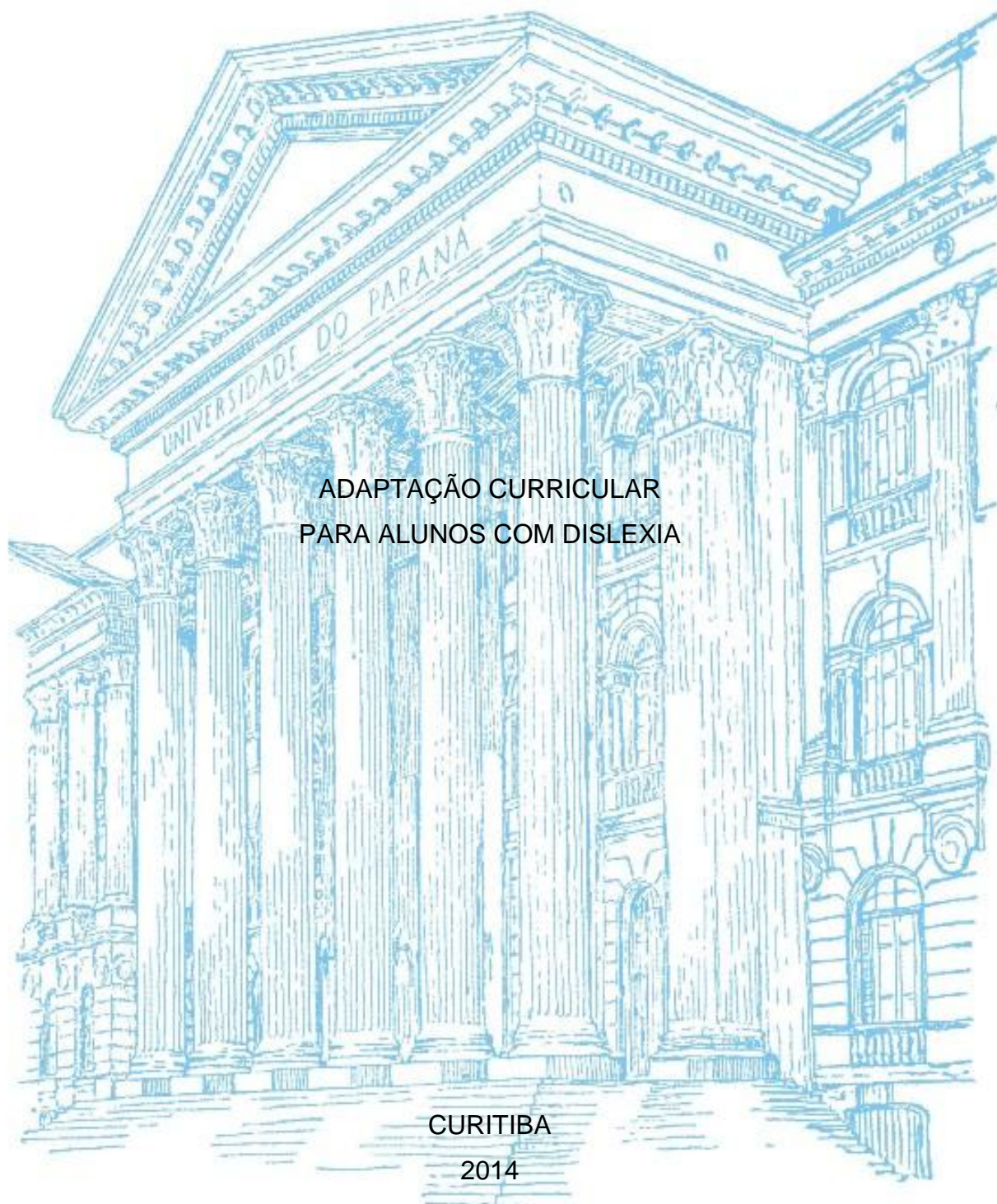


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSEMARY INÊS MARCELINO

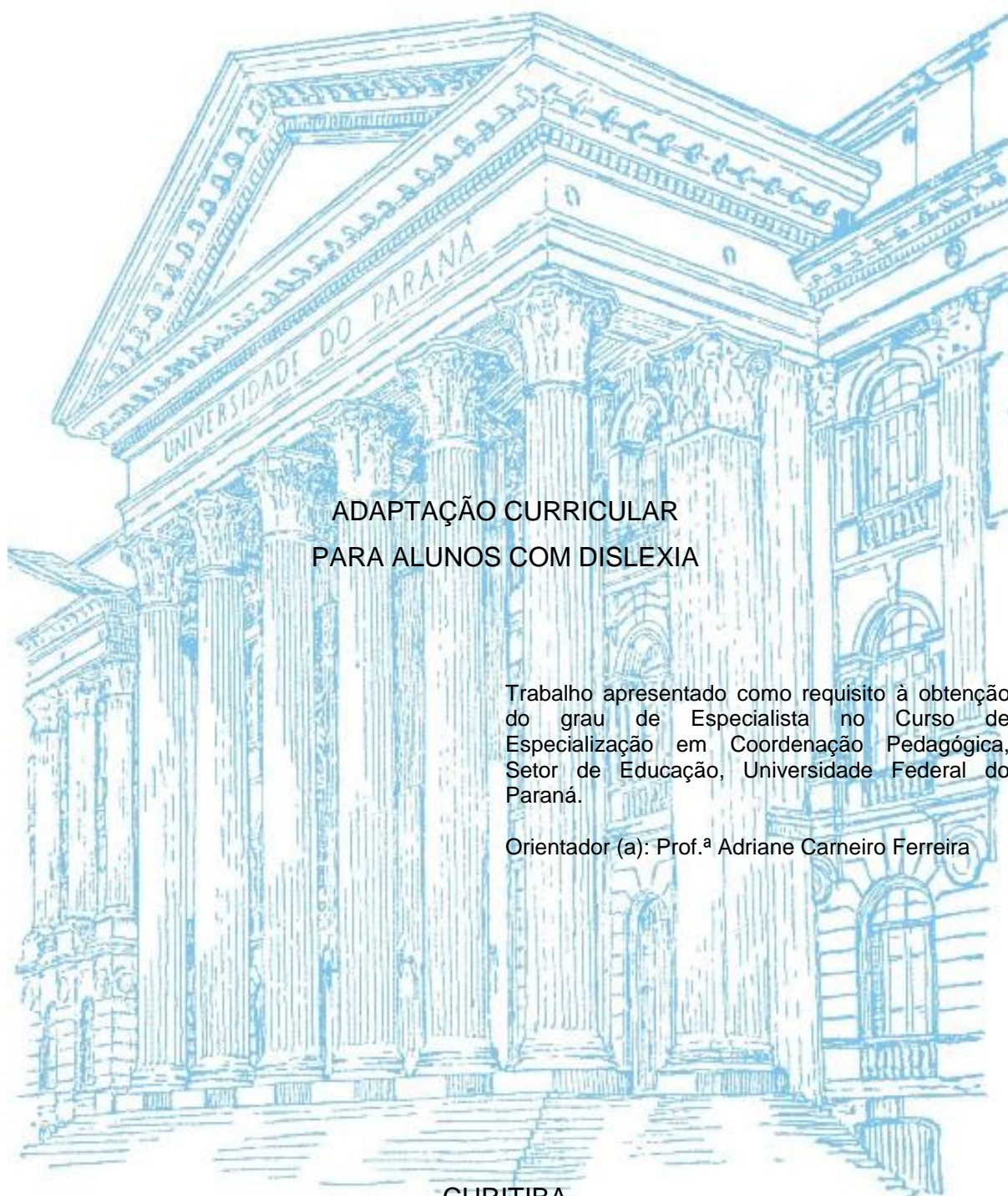


ADAPTAÇÃO CURRICULAR  
PARA ALUNOS COM DISLEXIA

CURITIBA

2014

ROSEMARY INÊS MARCELINO



ADAPTAÇÃO CURRICULAR  
PARA ALUNOS COM DISLEXIA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de Especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA

2014

# ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM DISLEXIA

Rosemary Inês Marcelino<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como foco as Necessidades Educacionais Especiais dos alunos que apresentam Transtornos de Aprendizagem, neste estudo, alunos com Dislexia, e procura oferecer aos professores referenciais para a reflexão sobre a Adaptação Curricular necessária. Também debate sobre o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, proporcionando a todos os alunos meios para que possam aprender de forma significativa. Reforça ainda que não se trata apenas de métodos, recursos pedagógicos e conteúdos, pelo contrário, a Adaptação Curricular implica na reorganização do Projeto Político Pedagógico de cada escola, levando em conta as necessidades dos alunos e a possibilidade de participação efetiva em todas as atividades escolares. Por fim, indica a importância, por parte dos sistemas de ensino, de se oportunizar profissionais especializados, além das equipes pedagógicas presentes nas escolas, para atendimento a alunos com Dislexia, visando à igualdade de oportunidades e assim o sucesso na vida escolar.

Palavras-chave: Dislexia. Currículo Escolar. Adaptação Curricular.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido pela aluna Rosemary Inês Marcelino do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ms. Adriane Carneiro Ferreira. *E-mail*: rosemarymarcelino.1406@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este artigo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica. Para Makoni e Lakatos (2002) a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação da bibliografia já publicada sobre o assunto em estudo, tendo como fonte livros, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, internet, entre outros.

Posto isso, procuramos destacar junto aos autores aqui destacados a importância da Adaptação Curricular para os alunos que apresentam Dislexia, bem como analisar os aspectos considerados relevantes para a construção da cultura da inclusão e da necessidade do currículo ser adaptado.

O desafio da inclusão se coloca como um importante foco de estudo para nós, profissionais da Educação, desde os primeiros anos da escola. Desafio este que a cada dia é confirmado pela necessidade de atender a diversidade dos alunos da melhor forma possível, considerando a função de formação e ensino que a escola cumpre na sociedade.

Por isso, propomos, neste artigo, a reflexão sobre os aspectos teóricos e práticos relacionados à Educação Inclusiva, analisando a relação entre Inclusão e Adaptação Curricular para alunos com Dislexia.

A Dislexia é um dos muitos transtornos que afetam os alunos nas escolas que necessitam de atendimento diferenciado. Ela se caracteriza como um comprometimento específico e significativo no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e soletração.

No que se refere à Dislexia, estima-se que entre 10% e 15% da população mundial sofra do transtorno, entre três a quatro alunos em uma classe de 30. No Brasil, dados da ABD<sup>2</sup> indicam que, em média, 40% dos casos diagnosticados na faixa mais crítica, entre 10 e 12 anos, são de grau severo, 40% são de grau moderado e 20% são de grau leve.

Sabemos, porém, que nossa tarefa maior está, na verdade, no compromisso que firmamos com a aprendizagem de cada um dos nossos alunos, e que nosso desafio encontra-se na necessidade de olhar e conhecer cada um e todos ao

---

<sup>2</sup> ABD – Associação Brasileira de Dislexia.

mesmo tempo, tendo em vista encontrar possibilidades comuns e singulares de construir conhecimentos.

Destacamos na Revisão de Literatura: o Direito à Educação e Inclusão, a Qualidade de Ensino, os Conceitos de Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem, a Dislexia, o Currículo e suas Adaptações.

Assim, acreditamos que este artigo, apesar de breve, evidencia que é necessário pensar sobre novos paradigmas educacionais na perspectiva da educação democrática, participativa, cooperativa e, portanto, inclusiva, que venha a promover ações coletivas que assegurem a construção de Projetos Políticos Pedagógicos pautados no respeito e na equidade de oportunidades.

## **1 REVISÃO DE LITERATURA**

### **1.1 DIREITO À EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E QUALIDADE DE ENSINO**

O Direito à Educação é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069 (BRASIL, 1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996), pelo Plano Nacional de Educação – Lei n.º 10.172 (BRASIL, 2001), dentre outras.

A legislação e os demais documentos nacionais garantem a formulação de política públicas que visam à inclusão de todos os alunos na escola.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação desenvolve desde o ano de 2003 o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e tem como principais diretrizes: “Disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos” (BRASIL, 2006, p. 1).

A educação inclusiva não significa simplesmente matricular os alunos com NEE<sup>3</sup> nas escolas e sim dar o suporte necessário para que a ação pedagógica

---

<sup>3</sup> NEE – Necessidades Educacionais Especiais.

aconteça de maneira adequada.

Bayer (2006, p. 28) nos diz que:

A primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro: ela exige uma nova forma de pensar. Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades.

A legislação brasileira garante indistintamente a todos o direito à educação de qualidade em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado para todos.

A LDB/96<sup>4</sup>, em seu artigo 4.º, IX, destaca que a educação escolar deve ser contemplada com padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

É possível perceber que muitas vezes as discussões sobre a qualidade de ensino aparecem vinculadas à divulgação do baixo desempenho dos alunos nas avaliações externas e às políticas de não reprovação anual adotadas por algumas redes de ensino. “A vinculação de um ensino de qualidade às práticas de reprovação e exclusão escolares continua penalizando os historicamente excluídos e cria uma falsa ideia sobre a qualidade do ensino” (ARELARO; JACOMINI; KLEIN, 2011, p. 45).

Essa ideia surge porque se aceita que uma escola de qualidade é aquela que promove apenas os alunos que conseguem galgar níveis de conhecimentos socialmente aceitos, a despeito da atuação da escola e de sua condição de vida. Em relação aos demais, admite-se que, pelos mais diferentes motivos, não são capazes de se apropriar dos conhecimentos e da cultura que são selecionados para serem trabalhados na escola, ficando, portanto, impossibilitados de usufruir o direito à educação e à qualidade de ensino (ARELARO; JACOMINI; KLEIN, 2011).

---

<sup>4</sup> LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996).

## 1.2 CONCEITUANDO

É certo que toda criança gosta e consegue aprender de acordo com o seu ritmo, mas quando não há aprendizagem, julgamos que algo não está bem. É e comum os alunos que ficam abaixo do esperado serem julgados por algumas pessoas como crianças que apresentam Dificuldades de Aprendizagem.

Entretanto, sabemos que a aprendizagem é um processo bastante amplo e exige diversas análises para que se possa dizer se existe ou não alguma dificuldade.

De acordo com Sisto (2001, p. 33),

[...] o termo dificuldades de aprendizagem engloba um grupo heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldades em leitura, escrita, soletração e cálculo, em pessoas com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motora, ou desvantagens culturais. Geralmente não ocorre em todas essas áreas de uma só vez, e pode estar relacionada a problemas de comunicação, atenção, memória, raciocínio, coordenação, adaptação social e problemas emocionais.

As Dificuldades de Aprendizagem estão focadas no indivíduo que não responde ao desenvolvimento que se poderia supor e esperar do seu potencial intelectual e, por essa circunstância específica cognitiva da aprendizagem, ele tende a apresentar desempenhos abaixo do esperado.

## 1.3 TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Observamos que muitos alunos passam pelo processo de ensino-aprendizagem de forma natural e com um desenvolvimento contínuo nas habilidades de leitura e escrita. Para esses alunos, a aprendizagem se processa de forma tranquila e natural, porém encontramos alguns alunos com Transtornos de Aprendizagem, em destaque a Dislexia.

A educação de alunos com o transtorno específico de aprendizagem (TEA), em especial a dislexia, [...] tem trazido desafios aos métodos pedagógicos e propostas curriculares vigentes em nosso país. A situação ainda é muito adversa, expondo alunos e familiares a níveis críticos de risco emocional e financeiro (WEINSTEIN, [20--], não paginado).

De acordo com o Código Internacional de Doenças (CID 10<sup>5</sup>), os transtornos de aprendizagem:

[...] são transtornos nos quais os padrões normais de aquisição de habilidades são perturbados desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Eles não são simplesmente uma consequência de uma falta de oportunidade de aprender nem são decorrentes de qualquer forma de traumatismo ou de doença cerebral adquirida. Ao contrário, pensa-se que os transtornos originam-se de anormalidades no processo cognitivo, que derivam em grande parte de algum tipo de disfunção biológica (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1993, p. 236).

### 1.3.1 Dislexia

Para Varella ([20--]), a Dislexia é um transtorno genético e hereditário da linguagem, de origem neurobiológica<sup>6</sup>, que se caracteriza pela dificuldade de decodificar o estímulo escrito ou o símbolo gráfico.

A dislexia compromete a capacidade de aprender a ler e escrever com correção e fluência e de compreender um texto. Em diferentes graus, os portadores desse defeito congênito não conseguem estabelecer a memória fonêmica, isto é, associar os fonemas às letras (VARELLA, [20--], p. 1).

A Dislexia é definida pela ABD como um transtorno de aprendizagem na leitura, escrita e soletração, e geralmente é na sala de aula que se observa esse transtorno.

Geralmente o diagnóstico de Dislexia é fechado quando o aluno já está no 3.º ano do Ensino Fundamental, porque leva-se em conta que nos dois primeiros anos ele estaria em processo de alfabetização e, muitas vezes, quando se chega ao diagnóstico, normalmente, já há uma defasagem.

---

<sup>5</sup> CID 10: Código Internacional de Doenças em que os conjuntos de letras e números são utilizados para identificar diversas patologias em qualquer lugar do mundo.

<sup>6</sup> Refere-se às células do Sistema Nervoso e à organização dessas células.



De acordo com Rodrigues e Silveira (2008, p. 3), é importante conhecer a Dislexia na vida escolar do aluno:

A dificuldade de conhecimento e de definição do que é dislexia, faz com que se tenha criado um mundo tão diversificado de informações que confunde e desinforma e causa ainda ignorada evasão escolar em nosso país, é uma das causas do “analfabetismo funcional” que, por permanecer envolta no desconhecimento, na desinformação ou na informação imprecisa, não é considerada como desencadeante de insucessos no aprendizado.

Para Gonçalves (2006), os adjetivos mais comuns que são dados aos disléxicos são: preguiçosos, desligados e desorganizados; fazendo parte de seu dia a dia e marcando a sua vida. Nos consultórios psicopedagógicos é muito comum o disléxico chegar com baixa autoestima devido à vivência de múltiplos insucessos escolares. Ainda segundo este autor, com acompanhamento adequado, a criança pode redescobrir suas capacidades e o prazer de aprender.

Inhez e Nico (2001, p. 26-27) descrevem diversas características que os alunos com Dislexia podem apresentar de formas isoladas ou até mesmo combinadas:

Desempenho inconstante, demora na aquisição da leitura e da escrita, lentidão nas tarefas de leitura e escrita, mas não orais, dificuldades com os sons das palavras e, conseqüentemente com a soletração, escrita incorreta, com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas, dificuldades em associar o som ao símbolo, dificuldade com a rima e alteração, discrepância entre as realizações acadêmicas, as habilidades lingüísticas e o potencial cognitivo, dificuldades em associações, dificuldades para organização seqüencial, dificuldades em nomear objetos, tarefas, dificuldade em organizar-se com o tempo (horas), no espaço (antes e depois) e direção (esquerda e direita), dificuldades para memorizar números ou efetuar alguma tarefa que sobrecarregue a memória imediata, dificuldade em organizar suas tarefas, dificuldades com cálculos mentais, desconforto ao tomar notas e ou relutância para escrever, persistência no mesmo erro.

Analisando o texto dos autores acima é possível perceber que os alunos com Dislexia apresentam muitas dificuldades na leitura e na escrita. Percebemos também que sua leitura pode ser lenta, e que muitas vezes ocorrem erros e trocas de letras e sílabas. Dessa forma acabam tendo dificuldades para compreender uma informação lida, e a sua escrita poderá apresentar bastantes erros ortográficos, além disso, as frases e os textos que escrevem podem ser confusos.

Vale ressaltar ainda que dificuldades na leitura e na escrita, letra ruim, troca de letras, lentidão caracterizam esse distúrbio de aprendizagem. São crianças

inteligentes que não são providas de habilidades específicas de leitura e escrita, porém são ótimas na oralidade, no esporte e em várias atividades no contexto escolar.

A ABD considera que a Dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar, a fim de realizar um acompanhamento mais efetivo das dificuldades após o diagnóstico, direcionando-o às particularidades de cada indivíduo, levando a resultados mais concretos.

De acordo com a Associação Nacional de Dislexia<sup>7</sup> (2014, não paginado), existem vários sinais que apontam que o aluno na fase de alfabetização apresenta Dislexia, entre eles:

Dificuldade em aprender o alfabeto; Dificuldade no planejamento motor de letras e números; Dificuldade para separar e sequenciar sons (ex: p – a – t – o); Dificuldade com rimas (habilidades auditivas); Dificuldade em discriminar fonemas homorgânicos (p-b, t-d, f-v, k-g, x-j, s-z); Dificuldade em sequência e memória de palavras; Dificuldade para aprender a ler, escrever e soletrar; Dificuldade em orientação temporal (ontem – hoje – amanhã, dias da semana, meses do ano); Dificuldade em orientação espacial (direita – esquerda, embaixo, em cima); Dificuldade na execução da letra cursiva; Dificuldade na preensão do lápis e Dificuldade de copiar do quadro.

A escola tem papel fundamental no trabalho com os alunos que apresentam Dislexia, lembrando que ele tem uma história de fracassos e cobranças que o faz sentir-se incapaz. Motivá-lo exigirá de todos os profissionais da educação esforço e disponibilidade. Depois de tantos insucessos e a autoestima rebaixada, ele tende a demorar mais a reagir para acreditar nele mesmo.

Assim, a Associação Nacional de Dislexia (2014) sugere que os profissionais da educação que possuem alunos disléxicos em suas salas de aula façam o enfrentamento da situação em diferentes frentes, como na melhoria da autoestima, ressaltando os acertos e não os erros, incentivando-os, valorizando seu interesse e atribuindo a esses alunos tarefas em que possam sentir-se úteis.

Destaca ainda que sempre se deve evitar expressões como “tente esforçar-se”, pois a sua produção naquele momento é o que ele é capaz, devendo se falar francamente sobre as suas dificuldades sem fazer com que se sinta incapaz, auxiliando a superá-las.

Além disso, respeitar o ritmo do aluno é o que também sugere a Associação

---

<sup>7</sup> AND – Associação Nacional de Dislexia.

Nacional de Dislexia (2014), pois a criança com dificuldades tem problemas de processamento da informação. Ela precisa de mais tempo para pensar, para dar sentido ao que ela viu e ouviu, e agindo assim é possível elevar a autoestima do aluno.

No monitoramento das atividades a Associação Nacional de Dislexia (2014) destaca que deve ser certificado de que as tarefas de casa foram compreendidas e anotadas corretamente, evitando assim frustrações e expectativas, pois se deve levar em conta as dificuldades específicas do aluno.

Também as instruções devem ser claras e curtas para evitar confusões, devendo ser aproveitado esse momento para orientar os alunos quanto aos aspectos da organização das atividades.

Uma das formas citadas pela AND para ser utilizada em sala de aula está relacionada ao uso do computador, porém os programas devem estar adequados ao nível dos alunos, pois eles são muito sensíveis às críticas e muitas vezes os programas emitem sons a cada vez que a criança erra, o que poderá reforçar as ideias negativas que elas têm de si mesma.

AND apresenta também a utilidade de um gravador para o aluno, pois quando um assunto for muito difícil ele poderá recorrer a esse instrumento para sanar as dúvidas e assim o professor terá a certeza de que os conceitos estão sendo assimilados.

Lembrando que as estratégias devem ser variadas, pois são necessárias motivações para o desenvolvimento das atividades que utilizam a audição e a visão, que são muito importantes para o aluno com Dislexia.

Em relação à avaliação dos alunos, a Associação Nacional de Dislexia (2014) sugere que o professor não deve insistir que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência dos seus erros e a maioria dos textos é difícil para ele.

Os alunos com essas dificuldades também têm problemas com provas e testes, e em geral eles não conseguem ler todas as palavras das questões, por isso não se sentem certos sobre o que está sendo pedido, por essa razão a AND sugere que as questões devem ser lidas junto ao aluno, de maneira que ele entenda o que está sendo perguntado.

Explicando o que não ficou claro, o professor facilitará o bom desempenho do aluno nas avaliações; lembrando que muitas vezes é necessário realizar as

avaliações de forma oral, e que o registro delas será feito pelo professor.

Assim, são muitas as estratégias e ferramentas que podem ser utilizadas para o atendimento ao aluno com Dislexia, para permitir que ele atinja sucesso em sua vida escolar, social, ou seja, para que não se sinta um ser inferior ou diferente dos demais, é preciso que ele seja realmente incluído na escola.

Ainda lembrando que a educação escolar consiste na formação integral dos educandos, isto é, na aquisição de capacidades de todos os tipos: cognitivos, motores, afetivos, de autonomia, de equilíbrio pessoal e inserção social.

O conteúdos devem incluir procedimentos, habilidades, estratégias e valores, permitindo assim possibilidades de recuperar o aprendizado que não assimilaram, ressaltando que recuperar significa tentar novamente adquirir aquilo que não se aprendeu.

Segundo Braggio (2009), não é necessário que os alunos disléxicos fiquem em Classe Especial, pois eles têm muito a oferecer para os colegas e muito a receber deles, e essa troca de humores e saberes, além do afeto, competências e habilidades, só faz crescer a amizade, a cooperação e a solidariedade.

#### 1.4 O CURRÍCULO

Muitas questões são levantadas sobre o currículo e a sua efetivação perante o sistema educacional. O currículo é sempre associado a diversas concepções históricas de determinados momentos como fatores socioeconômicos, políticos e culturais.

Segundo Moreira e Candau (2007, p. 18), o currículo deve ser entendido como:

- a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Ainda, esses autores entendem o currículo escolar “[...] como as experiências escolares que se desdobram, em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades dos estudantes (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

O currículo escolar é um poderoso instrumento na construção da realidade escolar e de sua identidade social e cultural, conforme Macedo (2007, p. 24) apresenta:

[...] um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber, selecionar, produzir, organizar, institucionalizar, implementar, dinamizar saberes, conhecimento, atividades, competências e valores visando uma dada formação.

Macedo (2007) se refere ainda a uma formação que está configurada nos acontecimentos em relação ao conhecimento eleito como educativo, o que complementa as ideias de Moreira e Candau (2007). Estes autores afirmam que é por intermédio do currículo que os esforços pedagógicos se sistematizam nas experiências em torno do conhecimento, das relações sociais e da construção da identidade dos alunos. Ainda de acordo com os autores:

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos construídos que sistematizam nas escolas e nas salas de aula (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 19).

Todo currículo deve ser democrático e acessível também às pessoas com NEE, pois ele deve visar à humanização nos espaços escolares. Segundo Lima (2008, p. 18):

Um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. A humanização se refere, assim, ao desenvolvimento cultural da espécie. O desenvolvimento cultural é função do momento histórico pelo qual passa a humanidade e do quanto cada país participa do acervo de cultura, tecnologia, ciências e bens disponíveis a um momento dado.

Lembrando que a educação é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas diferentes e isso acaba sendo

marcado pela relação contínua entre o ser humano e o seu contexto social, seus valores, representações e identidades.

Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico, quanto o domínio das práticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano.

De acordo com Lima (2006, p. 17),

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Parafraseando Santomé (2005), o processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas salas de aula representa uma das maneiras de construir significados, reforçar e conformar interesses sociais, formas de poder, de experiências, que têm sempre um significado cultural e político, em que os estudantes estão inseridos. Em tudo que ocorre nas salas de aula, e de forma mais ampla na escola, direta ou indiretamente, o/a estudante está envolvido, seja no processo de aprendizagem, ou nos acontecimentos disciplinares.

O currículo escolar “[...] representa assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 28).

Ressaltando que atuar na Educação Básica é um desafio, principalmente nos anos iniciais, em que os alunos irão passar pelo processo de alfabetização e letramento e muitas vezes há a necessidade de se adaptar o currículo para cumprir esta etapa tão importante, como afirma Soares (2000, p. 3) em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 26/11/2000:

Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever, uma criança letrada [...] é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer da leitura e da escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes

contextos e circunstâncias [...]. Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita.

Para que ocorram as adaptações curriculares a organização deve partir do projeto curricular da escola, assim será possível atender as necessidades dos alunos com NEE.

### 1.5 ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Para que a escola promova a diversidade e a inclusão dos alunos com NEE, é necessário que ela se adapte a situações diversas, e assim possa atender a proposta da igualdade de oportunidades para todos. Isto implica em oferecer um ambiente onde o aluno possa ser atendido em suas necessidades específicas e especiais. Daí a importância da reflexão e discussão sobre adaptação do currículo a estes alunos, como indica Henriques (2012, p. 11):

As adaptações curriculares necessitam ser pensadas, a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno; a partir de cada situação particular e não como propostas universais. As adequações se referem a um contexto e não a criança. As flexibilizações curriculares devem ser pensadas, a adaptação curricular, feita por um professor, para um aluno específico, é válida apenas para esse aluno e para esse momento e funciona como instrumento para programar uma prática educativa para a diversidade e devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais das áreas da educação, saúde e assistência social.

As adaptações curriculares estão ligadas ao PPP<sup>8</sup> e ao currículo escolar e o professor deve realizar o planejamento de forma adequada, com atividades propostas para os alunos com NEE.

Assim, conforme Carvalho (2008, p. 105) afirma:

As adaptações curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que possibilita maiores níveis de individualização do processo ensino aprendizagem escolares, particularmente importante para os alunos que apresentam necessidades educativas especiais. As adaptações curriculares consistem em modificações espontaneamente realizadas pelos

---

<sup>8</sup> PPP – Projeto Político Pedagógico.

professores e, também, em todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar respostas às necessidades de cada aluno, particularmente dos que apresentam dificuldades na aprendizagem.

As adaptações curriculares são compreendidas como um conjunto de estratégias que possibilitam ao professor a flexibilização dos conteúdos presentes no currículo, permitindo que o aluno estabeleça relações com o conhecimento.

Barbosa e Gomes (2006, p. 8) apresentam considerações importantes a respeito da prática docente junto aos alunos com NEE ao afirmarem que:

Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente.

De acordo com o Projeto Escola Viva (BRASIL, 2000), organizado pelo Ministério da Educação em 2000, as adaptações curriculares “[...] são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os estudantes e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais”. Além disso, o documento ressalta também que as adaptações curriculares devem dar aos alunos com necessidades especiais “[...] acesso ao currículo; a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais” (BRASIL, 2000, p. 8-9).

Já Gonzáles (2007, p. 29) afirma que:

A intervenção educacional no contexto da educação especial, somente pode atingir os objetivos propostos de formação integral em conhecimentos, destrezas e valores de todos os alunos e oferecer a melhor qualidade de vida possível nos âmbitos pessoal, profissional e social, mediante as adaptações curriculares apropriadas.

O autor defende uma proposta de Adaptação Curricular individualizada em que os alunos possam aprender dentro de suas condições orgânicas e pessoais, e também considera necessário o sistema educacional oferecer os meios para a sua realização, como o apoio aos professores e a apropriação das reais necessidades dos alunos para que a sua aprendizagem seja completa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o artigo, destacamos nossas considerações a partir da análise do referencial bibliográfico, em que cada autor estudado proporcionou saberes necessários para a proposta da Adaptação Curricular para os alunos com Dislexia inseridos nas escolas de Educação Básica.

Observamos diferentes conceitos e definições sobre a Dislexia, a Adaptação Curricular, o Currículo, as Dificuldades de Aprendizagem, os Transtornos de Aprendizagem. Além disso, percebemos que para chegar a um diagnóstico de Dislexia não é simples, pois envolve diferentes profissionais da área da saúde e da educação.

Assim, quando o aluno está nos anos iniciais do Ensino Fundamental é necessário uma atenção especial para os primeiros sinais de dificuldades para a apropriação da leitura e escrita. Encaminhando o aluno para equipes multidisciplinares visando não retardar o diagnóstico e as intervenções decorrentes.

Acreditamos que o desconhecimento que ainda caracteriza os professores tende a diminuir e transformar-se em atitudes positivas quanto ao atendimento dos alunos com Dislexia em sala de aula a partir do conhecimento destes sobre o que é o transtorno e como podem agir com os alunos portadores de Dislexia.

Entendemos ainda que a Inclusão é que propicia ao aluno a apropriação do conhecimento escolar, junto com os demais, e que se essa dimensão for minimizada ou mascarada, o aluno acabará desistindo da escola.

Percebemos também que a Adaptação Curricular não pode correr o risco de produzir na mesma sala de aula um currículo fraco, que possa simplificar ou descontextualizar o conhecimento. Com isso não queremos dizer que o aluno disléxico não necessite de Adaptação Curricular, de apoio e complementos pedagógicos, de metodologias e tecnologias de ensino diversificado, bem pelo contrário, argumentamos que se repense o currículo escolar, e que de fato se efetive um atendimento de qualidade.

Assim, buscamos um currículo que se preocupe com as especificidades desses alunos e que a sua flexibilidade não leve à perda de conteúdo. Para isso devemos ter como objetivo a resignificação do processo de aprendizagem na sua

relação com o desenvolvimento humano.

Por fim, podemos dizer que adaptar o currículo é criar condições para o aluno disléxico interagir com todos os que convivem com ele no ambiente escolar e de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O Ensino Fundamental de Nove Anos e o Direito à Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, Apr. 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022011000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25/04/2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DISLEXIA. 2014. Disponível em: <<http://www.andislexia.org.br/>>. Acesso em: 20/06/2014.

BARBOSA, A.; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 1, p. 8, 2006.

BAYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRAGGIO, M. A. **Dislexia**: como trabalhar com ela? 2009. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=452>>. Acesso em: 19/06/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.172, de 10 de janeiro de 2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Adaptações curriculares de grande porte. Brasília: DF, MEC, 2000. 96 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 22/03/2014.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GONÇALVES, Á. M. S. **A criança disléxica e a clínica psicopedagógica**. 2006. Disponível em: <[www.dislexia.org.br](http://www.dislexia.org.br)>. Acesso em: 01/05/2014.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas – intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HENRIQUES, R. M. **O currículo adaptado na inclusão de deficiente intelectual**. 2012. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf)>. Acesso em: 20/03/2014.

IANHEZ, M. E.; NICO, M. A. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. 8. ed. Rio de Janeiro: Alegro, 2001.

LIMA, E. S. Currículo e desenvolvimento humano. In: MOREIRA, A. F.; ARROYO, M. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006. p. 11-47.

\_\_\_\_\_. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Organização de Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 56 p.

MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Organização de Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Page, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (Org.). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RODRIGUES, M. Z.; SILVEIRA, L. **Dislexia**: distúrbio de aprendizagem da leitura e escrita no Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <[www.webartigos.com/artides55511dislexia-disturbio-de-aprendizagem-da-leitura-e-escrita-no-ensino-fundamental/pagina1.html](http://www.webartigos.com/artides55511dislexia-disturbio-de-aprendizagem-da-leitura-e-escrita-no-ensino-fundamental/pagina1.html)>. Acesso em: 24/03/2014.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SISTO, F. Dificuldades de aprendizagem. In: SISTO, F. *et al.* **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 19-39.

SOARES, M. **Letrar é mais que alfabetizar**. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 26/11/2000. Disponível em: <<http://quintalmagico.com.br/educar-e/letrar-e-mais-que-alfabetizar.html>>. Acesso em: 20/06/2014.

VARELLA, D. **Distúrbios de linguagem**: Dislexia. [20--]. Disponível em: <[www.drauziovarella.com.br/crianca-2/dislexia](http://www.drauziovarella.com.br/crianca-2/dislexia)>. Acesso em: 10/05/2014.

WEINSTEIN, M. A. **Transtornos específicos da aprendizagem**. [20--]. Disponível em: <[www.sinpro-rio.org.br/download/diversos/monicaweinstein.pdf](http://www.sinpro-rio.org.br/download/diversos/monicaweinstein.pdf)>. Acesso em 12/06/2014.